

A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PORTO ALEGRE EM FOCO: NOTAS DE PESQUISA SOBRE PROTAGONISMO E SOCIABILIDADE NEGRA

Vinicius Furquim de Almeida¹

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo: Este artigo tem por objetivo expor algumas notas de pesquisa sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, considerando este espaço como um local de associativismo de indivíduos que no século XIX são classificados na categoria racial de pardos. Além disso, são pontuados aspectos relacionados à pesquisa arquivística efetuada no fundo documental pertinente a irmandade em questão e, para tanto, são levadas em consideração algumas prerrogativas da vertente historiográfica conhecida como “micro história”.

Palavras-chave: Associativismo. Irmandade. Trajetória.

THE FOCUS ON THE IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO IN PORTO ALEGRE: RESEARCH NOTES ON BLACK PROTAGONISM AND SOCIABILITY

Abstract: This article’s objective is to expose some research notes on the Irmandade de Nossa Senhora da Conceição in Porto Alegre. This space is a place of individual’s associativism that in the XIX century were classified in the racial category of “Pardos”. Besides, there are pointed aspects related to archival research made in the documental basis relevant to the fraternity in question and, therefore, are taken into consideration some prerogatives of the historiographical side known as “micro history”.

Key-words: Associativism. Fraternity. Path.

O espaço de devoção como lugar de sociabilidade; um negro como pardo, e um pardo como negro; o protagonismo de agentes sociais desconhecidos; a redução de escala como possibilidade de observação; onde, como e quando? Início este artigo intencionalmente a partir de um *brainstorming* na tentativa de traduzir ao leitor a difícil tarefa de pensar e realizar uma pesquisa historiográfica. Também o faço para, já de início, lançar as ideias principais que permearão o texto que segue, e estabelecer os pontos que fundamentarão o que pretendo discutir.

Uma das tarefas do historiador é problematizar lugares e períodos históricos. Com a pesquisa que venho desenvolvendo - e da qual ofereço veredas recém-abertas – faço

¹ Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. E-mail: vinicius.furquim.almeida@gmail.com

este exercício: o principal lugar que analiso é o espaço da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, especificamente através da experiência devocional da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição; o período histórico (tempo ou época) são as décadas finais do século XIX, recorte temporal que, para além do *fin de siècle*, também é conhecido pela historiografia como o período do pós-abolição ou pós-emancipação. Esta pesquisa se insere, portanto, nos estudos pertinentes à escravidão negra no Brasil, mas se atém, principalmente, nas discussões que, desde finais da década de 1980,² vem pensando as experiências negras ocorridas após o fim da escravidão legal no país, no convencionalizado marco histórico da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Ainda dentro deste campo de estudos, procurarei com este artigo pontuar sobre algumas categorias de análise importantes, como aqueles que falam sobre a racialização, enfatizando a análise nas possíveis interpretações da definição racial de “pardo” para o período. Também pretendo evidenciar alguns aspectos específicos da irmandade em questão, assinalando as potencialidades de pesquisa nas fontes primárias concernentes àquela devoção, exemplificando - dentro da materialidade que obtive das fontes – de que forma aquele espaço pode ser percebido como um lugar de sociabilidade negra em Porto Alegre.

O ressurgimento do protagonismo individual em análise: uma breve retomada

Os lugares e os tempos da história ganham importância por atribuição. Em outras palavras, se reconhece este ou aquele tempo, lugar e mesmo personagem, após uma construção de significados que respeitam também influxos históricos de tempo, de espaço e de personagem. Assim, uma batalha pode ganhar e perder importância conforme a abordagem feita, ou conforme a intenção política de quem pretende revê-la. O mesmo acontece com indivíduos históricos: ao longo das décadas, a historiografia foi remodelando sua perspectiva de protagonismo e, variante, passou de um tempo de heróis exemplares para uma história sem homens e, desta, para uma história do protagonismo individual de agentes históricos desconhecidos, resgatados nos arquivos do mundo. Estas mudanças conceituais aconteceram sob motivações distintas, mas foram, fundamentalmente, motivadas por novas perspectivas de análise. Uma delas, por sua

² Para citar apenas alguns exemplos, aponto as obras de AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Editora brasiliense s.a, 1987; e PESAVENTO, Sandra Jathay. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

proposta metodológica e proposicional, contribuiu amplamente para a renovação do campo historiográfico: refiro-me ao movimento que comumente é conhecido como a micro história italiana. Não pretendo aqui fazer um histórico deste movimento – que não se vê como tal, diga-se de passagem -, pois isso já foi feito exhaustivamente³. O menciono, no entanto, por embasar sobremaneira a presente pesquisa nas sugestões práticas advindas dos representantes da microhistória, notadamente os historiadores italianos Giovanni Levi e Carlo Ginzburg.

Se no período posterior a Segunda Guerra o campo historiográfico assistiu a um renascimento do acontecimento⁴, experiência fugidia à interpretações generalizantes, ainda que em uma perspectiva teórica e especificamente pela valorização das narrativas marginais (aquelas dos sobreviventes e dos traumas da guerra), no mesmo período, ganha força na historiografia uma história serial, na qual exhaustivos levantamentos documentais culminavam em uma narrativa sem rostos e nomes mas, sim, pautada nos números, nos percentuais e em como este cabedal numérico poderia trazer a tona explicações do passado. O historiador Dale Tomich situa este período em uma temporalidade que inicia em 1956, e que iria até os anos de 1968, considerando, especialmente na perspectiva de Ernest Labrousse, a história serial como um desdobramento de uma das temporalidades teorizadas por Ferdinand Braudel, o tempo conjuntural⁵. Todavia, a partir de meados dos anos 60, ganham espaço nas correntes historiográficas vertentes interpretativas que passam a considerar o homem em seu espaço social, nos arranjos cotidianos e no trânsito dos personagens pelos caminhos possíveis das estruturas sociais. A micro história situa-se então como referência na propulsão de estudos que caminharam – aparentemente – no sentido oposto ao das grandes interpretações históricas, e passa a tratar do tempo, dos espaços e dos personagens a partir da redução da escala de observação, buscando revelar uma “história ao rés-do-chão”⁶. Nesta perspectiva, o “papa da micro história” (informação verbal)⁷, Giovanni Levi, assim concebe a abordagem micro histórica:

³ Cito aqui o conhecido trabalho de LIMA, Henrique Espada. **A micro história italiana: escala indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Nesta obra, o autor faz uma densa reconstituição das trajetórias dos principais representantes da micro historia italiana.

⁴ Cf. DOSSE, 2013. Ver especialmente a segunda parte da obra.

⁵ Ver TOMICH, 2011.

⁶ A expressão é cunhada pelo historiador francês Jacques Revel no importante prefácio escrito para a edição francesa (e também inserido na edição brasileira) do livro “A herança imaterial” de Giovanni Levi. Ver REVEL, 2000.

⁷ Em uma de suas aulas proferidas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ocorridas entre os dias 9 e 22 de junho de 2016, Giovanni Levi se autodenominou, ironicamente, da maneira citada.

Seu trabalho [o do historiador] tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões dos indivíduos, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.⁸

Não abordarei aqui as problematizações sobre as dimensões do real, mas saliento no excerto acima o conteúdo nuclear da proposta em questão, que visa, grosso modo, uma história mais humana e palpável, em uma perspectiva que se quer muito mais próxima do homem “comum” e de suas idas e vindas por igrejas, mercados, órgãos públicos, botequins, cemitérios e outras tantas experiências sociais compartilhadas por todos nós. Em poucas palavras, a historiografia apresenta uma renovação de métodos investigativos e de ferramentas conceituais e teóricas para pensar o homem, no singular e no plural, configurando estes estudos de trajetórias o que François Dosse chamou de “introito à uma história social renovada”⁹. Entretanto, engana-se aquele que, descuidado, concluir que tratam os micro historiadores de narrativas locais ou de estudos de caso. Outra vez Levi, na introdução de sua clássica obra *A herança imaterial*, demonstra que através de uma abordagem que utiliza a redução de escalas - fora dos modelos explicativos então convenientes -, era possível refletir sobre temas mais amplos. Dizia ele sobre a investigação acerca de Giovan Chiesa, seu personagem de entrada para a realidade de Turim no século XVII, que aquele era um “[...] estudo de *uma fase* do conflito do qual saíram transformados tanto a sociedade local quanto o poder central”¹⁰. Considerando apenas “uma fase” de um pequeno processo judicial, Levi proporciona uma densa discussão sobre as relações sociais no Piemonte dos Setecentos. Como “poder central” leia-se “estado absolutista”, pois foi exatamente esta a proposta do historiador italiano em seu estudo: demonstrar através de um lugarejo ao norte da Itália que existiram permanências e rupturas sociais que estavam fora do alcance do que então se concebia como estado absoluto e controlador, e que as concepções liberais que atribuíram noções de mercado para períodos históricos anteriores ao efetivo desenvolvimento do mesmo,

⁸ LEVI, 1992, p.135.

⁹ DOSSE, 2009, p.255.

¹⁰ LEVI, 2000, p.44, grifos meus.

não mais poderiam ter sustentabilidade, uma vez que noções como reciprocidade e solidariedade ainda baseavam as relações sociais.

Carlo Ginzburg, por seu turno, demonstrou também que a mudança da perspectiva histórica sobre os sujeitos e suas comunidades passou por um processo de desestruturação de uma visão focada apenas no etnocentrismo europeu, procedimento este que precisou de aproximações com outras áreas do conhecimento humano para recriar narrativas mais abrangentes e despidas de determinantes de maior ou menor importância. Como o mencionado acima, a reflexão sobre os eventos históricos e mesmo o seu revisitar, passa por lugares de produção e de intencionalidades daqueles que produzem e, conforme Ginzburg (e reiterado por Levi), o movimento da micro história se insere em um processo de renovação de pensamento ocidental frente às incertezas de um mundo fragmentado politicamente, mas unificado pela ótica industrial e do capital. Não perdendo o foco historiográfico do que vem sendo dito até aqui, trago um excerto do pensamento de Ginzburg sobre o tema, que traduz o “espírito” da abordagem advinda da proposta italiana em termos de uma história multifacetada:

O fim da ilusão etnocêntrica (que paradoxalmente coincidiu com a unificação do mercado mundial) tornou insustentável a ideia de uma história universal. Só uma antropologia impregnada de história ou, o que é o mesmo, uma história impregnada de antropologia poderá repensar a aventura plurimilenária da espécie homo sapiens¹¹.

No texto do qual faz parte o fragmento acima, o não menos clássico *O nome e o como*, Carlo Ginzburg além de expor a micro história como experiência de pesquisa plural, nos oferece aquilo que passaria a ser um mantra da pesquisa historiográfica e que se configura como um “modo de fazer” da micro história (e por que não também da história social propriamente dita?), isto é, a pesquisa intensiva em arquivos documentais. O historiador italiano apresenta a perspectiva da investigação através dos indícios nominais, que podem ser encontrados em diversas fontes documentais, de cartas a inventários *post mortem*, e que esta prática proporcionaria ao historiador uma possibilidade de reconstituição das relações sociais de um sujeito ou de um grupo, quase que em uma metáfora sobre a constituição de uma teia feita de ações e reações. Recorrendo mais uma vez a Ginzburg, a pesquisa do nome nos leva as “linhas que convergem para o nome e que delas partem, compondo uma espécie de teia de malha

¹¹ GINZBURG, 1989a, p.173

fina”, dando “ao observador uma imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”¹². Assim, propondo uma forma de servir-se do que fizera uma história serial massivamente documental, mas sem tornar-se refém dela, Ginzburg invoca aquilo que é particular dentro do escopo documental para pensar concepções de arranjos sociais maiores, e mesmo remodelá-los conforme as perspectivas em escalas reduzidas. Esta característica nos leva ao próximo ponto deste artigo, a análise de fragmentos de um tempo e de um espaço que podem proporcionar – na esteira da perspectiva da redução de escala – um entendimento de uma experiência histórica na Porto Alegre que assistia o fim do século XIX.

O espaço devocional como possibilidade (de) e a pesquisa em si

Naquela manhã iniciava o inverno em Porto Alegre. Era o dia 20 de junho de 1880. No Consistório da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, situada à então Rua da Independência, antiga estrada que ligava Porto Alegre a Aldeia dos Anjos, reunia-se a mesa deliberativa da irmandade de devoção da santa do mesmo nome. Presentes na reunião estavam, dentre outros, figuras de certo prestígio social da cidade, como Antônio Cândido da Silva Job e Carlos Ochagavia da Costa. Na sessão, decidiram-se alguns pontos da reforma que iria se proceder na igreja, tendo os irmãos Job e Ochagavia oferecido como donativos para tal reforma a quantia de 50 mil réis¹³. A Igreja, que ao longo da segunda metade do século XIX passou por vários processos de reforma e complementação estrutural, fora fundada em sua pedra inicial ainda no início de 1850, servindo de sede para a devoção da Conceição que, antes dessa data, ocupava um altar lateral na Igreja Matriz da Capital. Estabelecida formalmente como devoção, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição teve início em 1790, por iniciativa do pardo Manoel Ferreira do Nascimento¹⁴, e passou a congregar a população branca e parda de Porto Alegre¹⁵.

A historiografia que se debruça sobre as práticas devocionais tem no Brasil um consistente histórico. Talvez por tratar-se de um desdobramento de práticas vinculadas à Igreja Católica, instituição fundamental para a compreensão do Brasil colonial e imperial, as práticas devocionais leigas têm atraído de longa data a atenção dos historiadores. Seja

¹² GINZBURG, idem, p. 175.

¹³ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCMPA. Livro de atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, 1878-1901. Ata de 20 de junho de 1880. fl.12v e 13.

¹⁴ Cf. TAVARES, 2008, p.131.

¹⁵ TAVARES, op. cit.

através de uma perspectiva que visa atribuir às devoções uma mercê da Igreja no Brasil, seja por um viés que encontra nas irmandades um lugar de identificação étnica no período da escravidão, o certo é que, ao menos desde fins da década de 1970 vários autores encontram nos espaços devocionais problemas de pesquisa e focos de análise social. Menciono aqui, a título de exemplo, os clássicos trabalhos de A.J.R. Russell-Wood e Julita Scarano, nos quais as pontuações sobre as irmandades como espaços devocionais configuraram-se como verdadeiras renovações nas perspectivas destas experiências, contribuindo para um entendimento das irmandades como lugares de disputas de poder, de negociações e construções identitárias, notadamente dentro da experiência negra no período colonial¹⁶. Para ilustrar o que foi dito, convido Russel-Wood para trazer-nos sua leitura das manifestações devocionais no Brasil colonial:

As irmandades de pessoas de cor no Brasil representaram proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência medica e a busca de identidade.¹⁷

Falando especificamente das irmandades de negros, o autor evidencia, assim, no que se constituíam tais agrupamentos devocionais. Através destes autores e dos que seguiram algumas de suas trilhas, temos, portanto, o estabelecimento de um campo de estudo prolífico, no qual o principal recurso de pesquisa consiste na imersão documental pertinente às irmandades específicas, mas não só: tais pesquisas se baseiam em um amplo cruzamento de fontes para refletir sobre pontos específicos de análise. Aproximo aqui o que foi dito na primeira parte deste texto com a produção historiográfica sobre irmandades, e o faço através de um interessante exemplo. Para tanto, salto algumas décadas nesta “historicização” e paro no início do século XXI.

Em 2002, a historiadora Regina Célia Regina Xavier defendeu sua tese de doutoramento que versava sobre a trajetória de Tito de Camargo Andrade, negro escravizado que comprou sua liberdade e a de “sua gente”, e que esteve intimamente

¹⁶ Ver RUSSEL-WOOD, 2005. Neste trabalho, há um capítulo específico que trata das irmandades. Ver também SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Editora Brasileira, 1976.

¹⁷ RUSSEL-WOOD, op. cit., p.193

ligado com a construção da devoção e da Igreja de São Benedito na cidade paulista de Campinas¹⁸. Xavier demonstra em sua argumentação o trânsito de seu personagem pelas estruturas sociais da então Vila de São Carlos, suas negociações, estratégias e permanências para montar uma trajetória um tanto peculiar de um personagem negro no século XIX. Em uma declarada referência à perspectiva da micro história¹⁹, a autora investiga os rastros de Tito Andrade através dos vestígios passíveis de localização na documentação, e, dessa forma, analisa um amplo arcabouço documental que vai de livros cartoriais até documentações da imprensa do período, tudo isso em um esforço de reconstituição histórica para a compreensão do passado ou mesmo da representação dos espaços, tempos e personagens do passado pois, levando em consideração o que o historiador francês Jacques Revel propõe,

[...] o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. [...] a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável.²⁰

Regina Xavier monta um enredo em que o singular e o plural por vezes intercalam-se nos pequenos círculos sociais de um grupo de devotos, e por outras se conjugam nas políticas governamentais e religiosas de controle da população, inserindo o seu personagem como prisma desta dinâmica, uma vez que mestre Tito – como era conhecido o personagem – concentrava também funções de curandeiro naquele espaço-tempo. O agente histórico, portanto, foi reconhecido como protagonista social e, ao mesmo tempo, como fruto das possibilidades de seu meio. Assim, por um misto de religiosidade, carência e proximidade social, além de processos de construção identitárias, Tito conjugou em si as peculiaridades do próprio tempo em que viveu. A autora, ao fazer um balanço da trajetória de seu personagem – e ao mesmo tempo de sua obra –, conclui que

Muitos viram, na trajetória de Tito de Camargo e em sua ascensão social, uma aproximação do mundo dos livres e dos brancos em detrimento dos irmãos de São Benedito. No entanto, se é verdade que fez alianças com os primeiros, nunca se divorciou dos segundos. Em

¹⁸ A tese, defendida na Universidade de Campinas - UNICAMP, resultou em um livro que foi publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2008. Ver XAVIER, 2008.

¹⁹ Ver a introdução da autora em XAVIER, op. cit.

²⁰ REVEL, 2010, p.438.

suas relações sociais, sempre buscou negociar em favor daqueles irmãos, da irmandade, da construção da Igreja, da conquista de liberdades. Talvez por isso, sua trajetória tenha adquirido tantos significados, e seu nome tenha simbolizado a luta dos negros contra a opressão religiosa e social.²¹

A percepção de Xavier sobre seu personagem é, portanto, a do historiador que persegue os agentes históricos nos vestígios documentais e que concebe os sujeitos como multifacetados. Partindo deste exemplo, aproveito para trazer à baila novamente a Irmandade da Conceição como local de observação e lanço ao leitor algumas perspectivas já constatadas no cruzamento de fontes.

Armazenados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA, estão atualmente cerca de 10 livros concernentes ao período de interesse (últimas três décadas do século XIX) da pesquisa. São livros que em sua originalidade, isto é, em sua razão inicial de ser, serviram para questões administrativas daquela instituição, registrando entrada de irmãos, suas atas de reuniões, os movimentos financeiros e demais anotações necessárias ao bom funcionamento da irmandade que, na concepção do historiador Mauro Tavares, era uma das principais devoções de Porto Alegre no Oitocentos²². Utilizando desta documentação, venho desenvolvendo um banco de dados no qual um amplo índice onomástico foi criado, propiciando de início, aquela sensação *sui generis* da pesquisa documental sugerida por João Fragoso, isto é, o “afogar-se em nomes”²³.

A partir da criação deste banco de dados, surgiram – no ato mesmo de criação do banco e do transcrever dos documentos analisados – várias dúvidas e problemáticas de pesquisa, revelando a riqueza da fonte por si só e a miríade de possibilidades destas fontes quando combinadas com aquelas de outra natureza. Detenho-me rapidamente nesta exposição para lembrar ao leitor o objetivo principal da pesquisa: tentar compreender o espaço devocional como lugar de sociabilidade negra e em que medida este espaço representou um possibilidade de mobilidade (e talvez ascensão) social para esta população. Feito o lembrete, retomo as “questões das fontes”.

Uma das primeiras dificuldades que compartilho aqui foi a escolha dos nomes aos quais investiria energia de pesquisa. No emaranhado nominal, todos parecem ser, a um só tempo, boas e más escolhas investigativas. Como o foco da minha pesquisa consiste

²¹ XAVIER, op. cit., p.347

²² TAVARES, op. cit. Ver especialmente o capítulo II.

²³ Faço referência direta aqui a FRAGOSO, 2002.

na busca de negros (na condição de pardos, é bom lembrar), iniciei pensando em procurar sobrenomes. Através de uma dinâmica de exclusão nominal, que consistia na eliminação dos nomes que, aparentemente fossem de origem europeia, ou reconhecidamente de famílias brancas de Porto Alegre, fui reduzindo o número de nomes para a busca. Todavia, para além de sobrenomes conhecidos da capital, como Mariante e Mostardeiro, a perspectiva da análise de sobrenomes como fator de eleição/eliminação revelou-se infrutífera e sem qualquer lastro. Passei, então, a considerar outros aspectos obtidos nas fontes como possibilidades investigativas. Levando em consideração a perspectiva dos indícios de que fala Ginzburg²⁴, na qual o conhecimento histórico deriva de conhecimentos pré-existentes, mas, também, pelas formas *mudas* nas quais o saber se apresenta²⁵, permiti que a investigação se apegasse nos detalhes, ou, naqueles vestígios que evocam “elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”²⁶. Assim, troquei a estratégia e passei a considerar nomes pouco comuns no conjunto (Prudência, Gervazio, Esmenia, Fortuozo, Demenciana), uma vez que no cruzamento das fontes e mesmo em buscas online, tais escolhas – por certo “exclusivismo” nominal - poderiam trazer novos fragmentos com maior facilidade. Como resultado, de fato, esta nova abordagem revelou-se mais proveitosa e, especialmente através das investidas no site familysearch.org²⁷, consegui ampliar as informações sobre cerca de 10% dos nomes que já constam no banco nominal advindo das fontes da irmandade, como, por exemplo, parentescos, locais de batismo dos próprios devotos (como de seus vínculos parentais), e mesmo informações esparsas de pertencimento às forças armadas e outras “notícias” sobre determinados personagens. Assim, alternando a estratégia de abordagem das fontes, pude ampliar as informações sobre os agentes históricos que comungaram da mesma devoção em fins do século XIX, partindo inicialmente de seus nomes e seguindo na direção de um variado conjunto indiciário. Com isso, foi possível ajustar o foco investigativo, reduzir a “amostragem” dos números coletados e chegar mais perto de pessoas efetivamente, dos homens e mulheres negros que participaram da Irmandade de Nossa Senhora da

²⁴ Ver GINZBURG, 1989b. Notadamente a sexta parte do estudo, intitulada “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”.

²⁵ GINZBURG, *idem*.

²⁶ GINZBURG, *ibid.*, p.179.

²⁷ O familysearch.org é um banco de dados no qual um vastíssimo acervo documental é armazenado. Nele é possível consultar, através de inserções nominais, certidões de batismo, óbito e casamentos. Vinculada a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos Dias, a iniciativa de coleta e organização de arquivos teve início ainda em finais do século XIX, no estado de Utah, Estados Unidos da América.

Conceição de Porto Alegre. Um problema, porém, se apresentou: destes nomes refinados do processo de pesquisa, quais eram negros?

Das possibilidades, um nome: Honório Fernandes de Almeida Porto como personagem

Na página 46 do livro de matrícula da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição foram registradas, em 1858, duas entradas de irmãos: Conrado Álvaro de Almeida Porto e Honório de Almeida Porto. Ambos foram referidos na inscrição como filhos de Antônio Fernandes Porto e é provável que o próprio tenha feito as inscrições dos filhos que, como consta no livro, contavam com 4 e 10 anos de idade, respectivamente²⁸. Conrado e Honório aparecem como membros ativos da irmandade até 1879, inclusive fazendo parte da mesa administrativa no biênio 78-79. Em 1879, no registro de Conrado a observação assevera: “faleceu”.

Como procuro demonstrar ao longo do texto, a pesquisa historiográfica é fundamentalmente construção, processo. Travamos contatos com as fontes, conhecendo-as, para posteriormente – como neste caso – realizarmos as transcrições e, no fim, levantarmos o máximo de informações das mesmas. Se não nos é possível “dissecar” os indivíduos²⁹, ao menos as fontes precisam ser esmiuçadamente analisadas para fins de reconstruções representativas. Assim, depois de ter travado contato com o livro de matrícula da irmandade, passei a analisar os livros de atas, especificamente o que serviu de fonte para a abertura do tópico anterior³⁰. Nele, pude conhecer algumas das pautas debatidas pelos irmãos, suas querelas e projetos futuros, além de conhecer outros tantos nomes que não estavam registrados no livro de matrícula. Foi a partir deste livro que pude ler, na sessão de 24 de setembro de 1878, novamente o nome de um daqueles irmãos que haviam sido inscritos na devoção pelo pai, qual seja, o de Honório Fernandes de Almeida Porto. Naquela sessão, Honório participava das deliberações sobre autorizar ou não o irmão de fé Manoel Nunes do Nascimento a verificar o processo de doação “das duas cazinhas (cortiça) á rua Riachuelo”, bem como “authorisar ao irmão Procurador Nascimento a entender-se com o gerente da Companhia Hydraulica, para que este mande

²⁸ AHCMPA. Livro de matricula dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, 1845 -1890. fl.46

²⁹ O termo “dissecar” foi utilizado por Sabina Loriga para tratar dos românticos franceses, como Hippolyte Taine, que diziam que as biografias deveriam detalhar cada aspecto do biografado, por mais íntimo que fossem. A autora sustenta, no entanto, que as múltiplas faces dos indivíduos não podem ser cotejadas pelo historiador. Cf. LORIGA, 2011, p.22.

³⁰ AHCMPA. Livro de atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, 1878-1901.

transferir [...] quatro ações da mesma companhia”³¹. O interessante aqui foi que a menção a Honório nesta nova fonte me remeteu imediatamente ao documento que eu havia analisado no início da pesquisa e, a partir de então, tive um caso concreto de um agente histórico que, tendo entrado pelas mãos do pai na irmandade, permaneceu ativamente ao menos por duas décadas na experiência devocional. Tendo um nome em mãos, parti para a verificação dos possíveis caminhos deste personagem pela capital gaúcha no final do século, com a pertinente dúvida capital: era Honório um sujeito negro?

Como foi salientado acima, as pesquisas historiográficas pautadas nas perspectivas da micro história se preocupam em observar indícios com o intuito de encontrar os rastros dos agentes históricos no tempo. Para as realidades sociais, um indicador em potencial pode ser a análise de redes relacionais dos agentes, uma vez que, a partir dos laços parentais, de compadrio, bem como de inserções em certos espaços, é possível aventar práticas e intencionalidades dos sujeitos e sua apropriação das estruturas sociais que o cercam. Nesse sentido, parece fundamental a perspectiva do historiador José Maria Imízcoz sobre as redes sociais conformando-se através da dinâmica de formador/formado, isto é, como organismo feito pelos indivíduos e que, ao mesmo tempo, os abarca. Tudo isso respeitando a autonomia dos indivíduos em seus espaços, pois, segundo Imízcoz,

Uma análise estrutural dos atores e de suas redes deveria integrar as estruturas organizativas, os atributos, as normas, inclusive suas categorias ou representações com as quais os atores pensam a si mesmos, para analisar de outro modo as relações entre os atores e as estruturas, os atributos, as normas e as representações: desde o ponto de partida das relações entre atores, evitando predeterminações e seguindo um procedimento indutivo a partir da observação da globalidade de dimensões que encarnam e expressão, os indivíduos em seus atos.³²

A investigação sobre a cor de Honório Porto, assim, mudou seu curso: era preciso recorrer a outros lugares de análise para obter alguma pista que sugerisse que o personagem fosse negro ou pardo e, assim, refletir sobre sua permanência e atuação na Conceição, levando em consideração a perspectiva das redes relacionais e sociais. O primeiro lugar em que relações com comunidades negras poderiam ser sugeridas era o próprio espaço da irmandade.

³¹ AHCOMPA. Livro de matricula dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, 1845 -1890. fl.2. Quando mencionados, os excertos desta e de outras fontes serão redigidos em sua grafia original.

³² IMÍZCOZ, 2004, p.126, tradução minha.

Ao fim da mesma sessão do dia 24 de setembro de 1878, em que se discutiam os aluguéis e as ações da Copanhia Hydraulica, o nosso personagem assinava seu nome entre dois personagens negros publicamente conhecidos na sociedade porto-alegrense no século XIX: Aurélio Veríssimo de Bitencourt e Joaquim José de Mendanha. Bittencourt, proeminente figura do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), era personagem reconhecido por ser, dentre outras coisas, secretário direto do presidente do estado, Júlio de Castilhos e de seu sucessor, Antônio Borges de Medeiros³³. Mendanha, outra figura de notado reconhecimento social, era um músico de prestígio da capital. Conhecido como “maestro Mendanha”, foi o autor da música do Hino Rio-grandense³⁴. Além da devoção, ambos comungavam da condição racial de “pardos” e, partindo disso, pude pensar em possíveis conexões entre estes personagens e Honório Porto.

Como venho dizendo ao longo deste texto, saliento novamente a importância que teve o cruzamento das fontes para a obtenção destes resultados parciais aqui apresentados. Se de um nome surgiram fragmentos de uma trajetória, desta trajetória surgiram relações indiciárias de uma proximidade do personagem com outros da comunidade negra e de sua própria definição como tal. É bem verdade que “conhecer” a cor de Honório Porto não constituía (e não constitui) uma obsessiva meta dentro desta reflexão. Era importante, todavia, obter através de um personagem, um possibilidade de pesquisa sobre a relação dos negros a partir de uma irmandade de pardos e, tendo em Honório Porto um sujeito pardo, tanto melhor para a praticidade da pesquisa. Foi assim que, tendo em vista a proximidade de Porto com os personagens mencionados acima, procurei – outra vez a partir do nome – registros de nascimento, óbito ou casamento do investigado, obtendo novas informações deste procedimento de busca: em 24 de março de 1885, Affonso Fernandes de Almeida Porto é batizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre por seus pais, Maria da Gloria de Almeida Porto e Honório Fernandes de Almeida Porto³⁵. Outra vez Honório, e com ele novo indício.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, a exemplo de tantos outros Rosários espalhados pelo mundo, foi historicamente uma organização devocional reservada e buscada por negros³⁶. Na capital gaúcha, o Rosário foi fundado alguns anos

³³ Ver MOREIRA, 2014.

³⁴ Ver MARQUES, 2014.

³⁵ A certidão de batismo da qual extraí estas informações está disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVQ6-6M2>. Acessado em 15 de junho de 2016.

³⁶ A historiadora Lucilene Reginaldo, ao tratar da formação das irmandades do Rosário na Bahia (e mesmo na Península Ibérica), propõe que “é possível que as devoções adotadas pelos negros na Península Ibérica e nas Américas tenham sido, no princípio, um espaço demarcado. Mas, também é possível que, aos poucos,

antes da Conceição, em 1786, tendo seu compromisso aprovado em 1828³⁷. A aproximação de nosso personagem para com esta devoção, especialmente no momento da realização de um dos importantes sacramentos católicos, nos permite, assim, supor ao menos um sentimento de identificação de Porto com um espaço de reconhecida experiência afro-brasileiro. Os fragmentos nos conduzem a novos entendimentos e nos dão amplitude nas perspectivas históricas.

Contando com estes fortes indícios, faltava-me, porém, uma “confirmação”. Insistente, busquei a derradeira informação em outro espaço da vida de Honório, para além de sua atividade religiosa. Inserindo seu nome no Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS, encontrei um inventário *post mortem* que tinha por inventariante Noraci de Souza Rodrigues, sua bisneta³⁸. No documento, resolvia-se a situação de um imóvel que, em meados da década de 1950, ainda estava em nome do nosso personagem, falecido em 1918. Como é de praxe nos inventários *post mortem*, constava no processo uma certidão de óbito do inventariado, e foi com este documento que pude constatar o que faltava:

Aos treze do mez de Agosto de mil novecentos e dezoito, nesta cidade de Porto Alegre e cartório de Registro Civil de nascimentos e obitos, compareceu João Corrêa, e exhibindo atestado do doutor Paula Esteves, declarou que hontem, ás desenove horas e 15, á rua vinte e oito de Setembro, 39, do quinto districto municipal, faleceu sem declaração de moléstia, Honorio Fernandes de Almeida Porto, filho de (segue-se espaço em branco) *côr mixta*, natural d’este Estado, profissão (segue-se espaço em branco) estado casado com dona Maria da Gloria de Almeida Porto [...]³⁹.

A cor como problema de pesquisa (à guisa de conclusão)

Honório era misto, enfim. Se houvesse uma resposta correta para os questionamentos desta pesquisa, por certo que seria essa a mais adequada por hora, uma vez que o nosso personagem não era “branco” e, assim, poderia se inserir como “amostragem” dentro da análise. Todavia, reitero ainda uma vez ao leitor das agruras de uma pesquisa historiográfica: o que era, pois, ser misto? Ser misto era ser um negro de

o espaço demarcado tenha se tornado um espaço reconhecido. A identificação foi se dando na experiência cotidiana da escravidão. Neste ambiente, as irmandades jogaram um papel fundamental na defesa dos interesses das populações escravas e libertas” (REGINALDO, 2016, p.139). Sobre o tema, ver também REGINALDO, 2011; SOARES, 2000; e RUSSEL-WOOD, op. cit.

³⁷ MULLER, 2013. Para formação da irmandade, ver especialmente a introdução e o capítulo I.

³⁸ APERS. Processo Judicial/Inventário. Comarca de Porto Alegre. Processo nº 3605.

³⁹ APERS. Processo Judicial/Inventário. Comarca de Porto Alegre. Processo nº 3605, fl.6, grifos meus.

pele mais clara? Ou ser misto, para aquele espaço-tempo, era ser pardo? Conforme o esperado, não há uma resposta definitiva para esta questão. No Brasil, um dos temas que mais atraiu a atenção de estudiosos, tanto do campo da História como de outras ciências sociais, notadamente a Antropologia e a Sociologia, foram as discussões sobre a raça e as definições de cor à ela implícita. Desde perspectivas científicas que fundamentaram o racismo no país, a partir da segunda metade do século XIX, até teorizações sobre as implicações da mestiçagem das raças na formação do povo brasileiro, peculiares às primeiras décadas do século XX, o tema esteve presente, sempre polêmico, nunca fácil de abordar⁴⁰. É preciso, porém, partir de algum ponto para tratar do tema, e assim o farei, legando mais dúvidas do que conclusões.

A historiadora Hebe Mattos, ao analisar o processo de desaparecimento das definições de cor nos registros civis do período posterior ao fim da escravidão negra no Brasil, propõe que

A cor negra aparecia virtualmente como sinônimo de escravo ou liberto (preto forro), bem como os pardos apareciam geralmente duplamente qualificados como pardos cativos, forros ou livres. Apenas quando qualificava forros e escravos, o termo “pardo” reduzia-se ao sentido de mulato ou mestiço que frequentemente lhe é atribuído. Para os homens livres, ele tomava uma acepção muito mais geral de “não branco” [...].⁴¹

Na condição de pardo, portanto, enquadravam-se aqueles que, livres, não eram qualificados socialmente como brancos. Se considerarmos os indícios apresentados até aqui, assim como a proposição de Mattos, podemos, assim, sugerir que Honório Porto enquadrava-se nesta categoria ampla de “não branco” e poderia, sim, transitar por definições de cores que iam do negro até o pardo, passando pelo “misto” de que tivemos notícia através do inventário citado. Ainda neste sentido, considero fundamental a perspectiva da antropóloga Daniela Kabengele, que pensa as relações de cor intimamente relacionadas com as disposições sociais dos sujeitos⁴². Analisando a trajetória de um personagem negro que, conforme o documento e o período de sua vida fora classificado como pardo, a pesquisadora sugere que para a situação analisada (a segunda metade do século XIX),

⁴⁰ Das várias obras que se pode mencionar, ver SCHWARCZ, 1993; MATTOS, 2013 e VIANNA 2007. Para uma perspectiva mais centrada no caso gaúcho ver SILVEIRA, 2005 e WEBER, 1997.

⁴¹ MATTOS, op. cit., p.104-5.

⁴² Ver KABENGELE, 2015 e KABENGELE, 2009.

Retém-se que o termo *pardo* não necessariamente indicava a cor mais clara do mestiço ou do mulato, visto que também indicava a condição social dos indivíduos, em especial, a condição de liberdade. O designativo *pardo* podia combinar aspectos da cor e da condição social, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase em um aspecto ou outro dependia do contexto. Eram pardos mediante os olhos dos outros, ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituída, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. Tais inflexões dão mostras dos (re)arranjos da terminologia racial no período escravista.⁴³

Com o mesmo propósito, Kabengele sustenta também que

Em uma sociedade racialmente hierarquizada, mas afeita a lógicas raciais contextuais, o termo “pardo” inseria-se em uma taxonomia *a fortiori*, classificatória e contextual, mas que não era estática, pois atualizava-se de acordo com interesses e situações.⁴⁴

Pensar em definições de cor para fins do século XIX, portanto, é transitar por um terreno de superfície frágil. Alguns indícios nos levam a crer que Honório Porto era negro ou ao menos – utilizando a expressão de Mattos – um “não branco”. Sua atividade junto a Irmandade da Conceição - como espero ter demonstrado - pode ter sido uma forma de manter contato com figuras de certa projeção social, tanto de pele negra quanto de pele branca na capital gaúcha que, assim como o resto do país, vinha assistindo a transformação da sociedade por conta do fim da escravidão legal de 1888. Para um homem negro, manter-se ativo em um espaço no qual homens e mulheres de cor parda tinham acesso, poderia representar uma possibilidade de manutenção e ampliação de capital social. A própria inserção de Honório e de seu irmão Conrado na devoção da Conceição dos Pardos, pode ser interpretada como uma estratégia paterna no intuito de inserir os filhos em lugares de sociabilidade e de trocas simbólicas. Além disso, seu trânsito por lugares como o da Igreja do Rosário também indicam uma proximidade com espaços de vivências afro-brasileiras. Se no início falei de um negro sendo pardo, e de um pardo sendo negro, foi justamente no sentido de refletir sobre esta modificação de perspectiva de cor que passava tanto pelas definições daqueles que viam e atribuíam uma categoria racial para o outro, quanto por aqueles que sentiam sua cor através de um processo de pertencimento, e que conheciam os limites e as possibilidades de sua

⁴³ KABENGELE, 2009, p.107.

⁴⁴ KABENGELE, 2015, p.420.

condição social em uma sociedade hierarquicamente organizada por critérios raciais como aquela do Oitocentos. Reconhecer os protagonismos destes agentes históricos em seus lugares e em seus tempos continua sendo, por fim, um desafio e tanto.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Editora brasiliense s.a, 1987.

DOSSE, François. Renascimento do Acontecimento. **Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, set. 2002, p. 41-70.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989a.

_____. *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, processos: reflexiones para una historia más global. In **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto: vol.5, III série, 2004, p.115-140.

KABENGELE, Daniela do Carmo. As narrativas e os arranjos da terminologia racial no período escravista brasileiro: o caso de Antônio Ferreira Cesarino. In **Revista História e Perspectiva**. Uberlândia: v. 53, p. 401-422, ja./jun. 2015.

_____. As inflexões do termo pardo na trajetória de Antônio Ferreira Cesarino (campinas, século XIX). In **Revista Juiz de Fora**. Juiz de Fora: v.4, n.1 e 2, p.101 a 112, jan./dez. 2009.

LIMA, Henrique Espada. **A micro história italiana: escala indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARQUES, Letícia Rosa. Nos caminhos da música e da história: uma reflexão sobre a trajetória do maestro Joaquim José de Mendanha no Rio Grande do Sul do século XIX. In **Revista Oficina do Historiador**. Porto Alegre: suplemento especial, I EPHIS/PUCRS, 27 a 29.05.2014, p.1174-1186.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas: Unicamp, 2013.

MOREIRA, Paulo R. S. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. In **Revista Estudos Ibero-Americanos (PUCRS)**. Porto Alegre: v.40, n.1, p.85-127, jan.-jun. 2014.

MÜLLER, Liane S. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989

REGINALDO, Lucilene. Rosário dos Pretos, “são Benedito de Quissama”: irmandades e devoções negras no mundo atlântico (Portugal e Angola, século XVIII). In **Revista Stud. histo., H^a mod. (Universidade de Salamanca)**. Salamanca: 38, nº 1, pp.123-151, 2016.

_____. **Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: vol. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444.

_____. *A história ao rés do chão*. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII**. São Paulo: Editora Brasileira, 1976.

SCHWARCZ, Lilan Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letas, 1993.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades, Igreja, devoção no sul do império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a Longue Durée e a Micro-História. In **Revista Almanack (UNIFESP)**. São Paulo: n. 2, dez. 2011, p. 38-51.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

XAVIER, Regina Célia L. **Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense – 1889/1928**. [Tese de doutorado defendida na Unicamp, 1997].